



SEGUNDO CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA

Rua da Prata, 199 - 2.º eq.

1100 LISBOA

Telef. (01) 342 24 69

Fax » 347 81 46

Certifico:

Que a presente fotocópia, composta por oito folhas, utilizadas numa só face, foi extraída do instrumento lavrado a folhas oito verso e seguintes do livro número Albano de

do H. Resende deste Cartório e vai conforme ao original.

Lisboa,

dezoisete de Fevereiro de mil e seiscentos e setenta e sete
o Escrivão

CONTA:

Art.º 17.º, n.º 1

320\$00

» 17.º, n.º 2

140\$00

TOTAL

460\$00

São:

mil e seiscentos e sessenta e setedo ResendeConferida e registada sob o n.º 347

CONSTITUIÇÃO DE FUNDAÇÃO

No dia sete de Novembro de mil novecentos e noventa e seis, no Segundo Cartório Notarial de Lisboa, perante o respectivo notário licenciado Manuel Bernardino Amarelo, compareceu como outorgante:-

a Dr^a Edite de Fátima Santos Marreiros Estrela, divorciada, natural de Belver, concelho de Carrazeda de Ansiães, residente na Rua das Quintas, Magoito, concelho de Sintra. Outorga com Presidente e em representação da Camara Municipal de Sintra, com sede em Sintra, qualidade e poderes para êste acto que verifiquei por uma declaração passada pelo Notário Privativo daquela Autarquia, e ainda conforme deliberação da referida Camara, que aprovou os Estatutos adiante indicados que foram também aprovados pela respectiva Assembleia Municipal, ficando arquivados os respectivos documentos.

E por ela foi dito:-

Que em cumprimento do deliberado pela mencionada Camara Municipal de Sintra e pela respectiva Assembleia Municipal e nos precisos termos de tais deliberações, pela presente escritura é instituída uma Fundação que vai denominar-se "FUNDAÇÃO CULTURSINTRA", com sede na Avenida das Forças Armadas, número dezasseis, Edificio Mimosa, na freguesia e concelho de Sintra, que tem por objecto criar, desenvolver, acolher, divulgar e aces-

sibilizar a cultura no concelho de Sintra, sendo o seu património constituído inicialmente com uma contribuição da fundadora "Camara Municipal de Sintra", do montante de cinquenta milhões de escudos e ainda nos demais termos e condições constantes do documento complementar organizado de harmonia com o disposto no artº 64º do Código do Notariado, cujo conteúdo a outorgante declara conhecer perfeitamente pelo que dispensa a sua leitura.

Assim o disse.

Exibiu:-

a) - certificado de admissibilidade passado pelo registo Nacional de Pessoas Colectivas, em 18 de Junho do corrente ano;

b) - cartão provisório de pessoa colectiva nº 973 721 421.

Verifiquei a identidade da outorgante pelo bilhete de identidade que exibiu, com o nº 177 2009, emitido pelos Serviços de Identificação Civil de Lisboa, em 11 de Janeiro de 1994.

Esta escritura foi lida à outorgante e explicada quanto ao seu conteúdo em voz alta.

Assessor: harmonia, pelo.
Edit Gral

O Notário, *[assinatura]*

Conta registada sob o nº 15 - *[assinatura]*

DOCUMENTO COMPLEMENTAR ORGANIZADO NOS TERMOS DO ARTº 64º DO
CÓDIGO DO NOTARIADO, RESPEITANTE À ESCRITURA LAVRADA A FÔLHAS
OITO VERSO E SEGUINTE, DO LIVRO NÚMERO OITENTA E QUATRO-H.

FUNDAÇÃO CULTURSINTRA

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO PRIMEIRO

(INSTITUIÇÃO E NATUREZA)

É instituída a Fundação CULTURSINTRA, pessoa colectiva de direito
privado, que se rege por estes estatutos e, subsidiariamente, pelas
normas legais aplicáveis.

ARTIGO SEGUNDO

(DURAÇÃO E SEDE)

1. A Fundação durará por tempo indeterminado, tendo a sua sede no
Concelho de Sintra, temporariamente na Avª das Forças Armadas nº 16,
Edifício Mimosa.

2. Por deliberação do Conselho de Administração, a Fundação poderá criar
diferentes formas de representação onde for entendido conveniente para a
prossecução dos seus fins.

ARTIGO TERCEIRO

(FINS)

A Fundação tem por fim criar, desenvolver, acolher, divulgar e
acessibilizar a cultura no Concelho de Sintra.

ARTIGO QUARTO

(ACTIVIDADES)

A Fundação realizará as actividades que os seus órgãos considerem mais
adequadas à prossecução dos seus fins, designadamente:

- a) promover um programa integrado e anual de actividades culturais de
sua iniciativa, sob proposta de interessados ou em cooperação com outras
entidades;
- b) desenvolver a animação, realização e estudo das artes e criar e
prestar serviços nesse âmbito;
- c) investigar, valorizar e cooperar na reabilitação do património
cultural edificado no Concelho de Sintra;
- d) manter espaços de presença, de realização e desenvolvimento cultural,
bem como realizar encontros, colóquios e congressos;
- e) criar eventos culturais, construir e gerir equipamentos colectivos de
índole cultural e prestar serviços de organização e gestão nesse
domínio;

f) fomentar a educação e a formação culturais; _____

CAPÍTULO II _____

REGIME PATRIMONIAL E FINANCEIRO _____

ARTIGO QUINTO _____

(PATRIMÓNIO) _____

Constituirá património da Fundação: _____

- a) o fundo inicial proveniente da contribuição de todos os fundadores;
- b) as doações, heranças, legados e subsídios que lhe sejam atribuídos;
- c) os bens adquiridos para o seu funcionamento e instalação e os rendimentos provenientes dos investimentos dos seus próprios bens;
- d) as receitas dos protocolos a celebrar com instituições ou entidades e decorrentes das respectivas prestações de serviços; _____
- e) as receitas dos serviços que venha a prestar e das iniciativas que empreender, bem como o produto dos bens que alienar ou ceder.

ARTIGO SEXTO
(AUTONOMIA FINANCEIRA)

1. A Fundação goza de total autonomia financeira.
2. No exercício da sua actividade, a Fundação pode:
 - a) adquirir, alienar ou onerar, a qualquer título, bens móveis ou imóveis, desde que não lhe tenham sido doados pela Câmara Municipal de Sintra;
 - b) aceitar quaisquer doações, heranças ou legados;
 - c) negociar e contrair empréstimos e conceder garantias.
 - d) ceder, receber e gerir espaços de natureza cultural, social ou filantrópica.
3. No caso das doações, heranças ou legados estarem sujeitos a qualquer condição ou encargo, a sua aceitação depende da compatibilidade destes com os fins da Fundação.

CAPÍTULO III

ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

ARTIGO SÉTIMO

(ORGÃOS DA FUNDAÇÃO)

1. São órgãos da Fundação, o Conselho da Fundação, o Conselho de Administração, e o Conselho Fiscal.
2. O mandato dos membros dos órgãos da Fundação emergentes dos órgãos autárquicos caducam três meses após o fim dos mandatos desses mesmos órgãos.
3. Os mandatos dos outros membros dos órgãos da Fundação são renováveis, sem prejuízo do número anterior.

ARTIGO OITAVO

(CONSELHO DA FUNDAÇÃO)

1. O Conselho da Fundação é composto por instituições e empresas que desejem promover actividades culturais, sociais ou filantrópicas e, ainda, por individualidades de reconhecido mérito e competência cultural, científica, técnica e empresarial.
2. O Conselho é presidido, por inerência, pelo Presidente da Assembleia Municipal de Sintra.
3. Os membros do Conselho da Fundação são propostos pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho da Fundação e são admitidos por decisão maioritária deste.

82

4. A comparticipação mínima de cada membro do Conselho no substracto patrimonial da Fundação é de dez milhões de escudos. _____

5. A comparticipação dos membros individuais do Conselho da Fundação é voluntária. _____

6. Cada membro tem direito a um voto. _____

7. O Conselho da Fundação, por convocatória do seu Presidente, reunirá em sessão ordinária em Novembro de cada ano, e, em sessão extraordinária, sempre que um terço dos seus membros ou o Conselho de Administração o solicite ao Presidente. _____

8. As deliberações do Conselho da Fundação são tomadas por maioria simples dos votos validamente expressos, tendo o Presidente voto de qualidade. _____

ARTIGO NONO _____

(COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DA FUNDAÇÃO) _____

Compete ao Conselho da Fundação: _____

a) preservar os princípios inspiradores da Fundação; _____

b) apresentar sugestões relativamente às actividades da Fundação, bem como sobre o Plano de Actividades e Orçamento; _____

c) pronunciar-se sobre questões específicas que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração; _____

Rec. S 4/98

d) isentar ou reduzir, se for caso disso, a comparticipação referida no nº4 do artigo oitavo, no caso de pessoas ou instituições que exerçam actividades sem fins lucrativos, sem que, por isso, haja perda de direito de voto. _____

ARTIGO DÉCIMO
(CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)

1. O Conselho de Administração é composto pelos seguintes elementos, no número máximo de cinco: _____

a) pelo Presidente do Conselho de Administração, que é por inerência o Presidente da Câmara Municipal de Sintra; _____

b) pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, que é por inerência o Vereador do Pelouro da Cultura da Câmara Municipal de Sintra; _____

c) pelo Administrador Delegado, que é nomeado pelo Conselho de Administração, sob proposta do Presidente; _____

d) por dois Administradores designados pelo executivo camarário do Município de Sintra de entre os seus Vereadores, garantindo o respeito pela proporcionalidade existente na distribuição partidária de eleitos do órgão; _____

2. Ao Conselho de Administração cabem poderes de gestão da Fundação e de realizações dos fins estatutários. _____

10

3. O Conselho de Administração reúne uma vez por mês e sempre que convocado pelo seu Presidente, o qual, nas votações, dispõe de voto de qualidade. _____

4. Ao Administrador Delegado é atribuída competência para a gestão corrente da Fundação. _____

5. O Conselho de Administração apresentará ao Conselho Fiscal, até 31 de Março de cada ano, um relatório da actividade da Fundação durante o ano civil anterior, o balanço e as contas do exercício e um inventário do património da Fundação. _____

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO _____

(COMPETÊNCIAS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO) _____

Compete ao Conselho de Administração gerir a Fundação e, em especial:

- a) definir e estabelecer a política de actividades da Fundação; _____
- b) discutir e aprovar o Orçamento e o Plano de Actividades da Fundação;
- c) discutir e aprovar o balanço anual e as contas de cada exercício;
- d) administrar e dispor do património da Fundação. _____
- e) estabelecer a organização interna da Fundação, aprovando os regulamentos e criando os órgãos e serviços que entender necessários ao respectivo funcionamento; _____

Doc. N.º 9 Fls. 29
L.º 844 Fls. 8º
7, XI, 96

Handwritten notes:
100.
5
111

f) contratar e gerir os recursos humanos, bem como fixar as respectivas remunerações; _____

g) negociar e contrair empréstimos e conceder garantias; _____

h) aceitar subsídios, doações, heranças ou legados atribuídos à Fundação; _____

i) representar a Fundação em juízo ou fora dele; _____

j) designar e nomear novos membros para o Conselho da Fundação, sob parecer favorável deste. _____

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO
(VINCULAÇÃO DA FUNDAÇÃO)

1. A Fundação obriga-se pela assinatura conjunta de dois membros do Conselho de Administração, uma das quais será obrigatoriamente a do Presidente ou do vice-presidente. _____

2. O Conselho de administração poderá constituir mandatários, delegando-lhes competência específica para a prática de certos actos ou categorias de actos, obrigando-se a Fundação, nesse caso, pela assinatura conjunta de um membro do Conselho de Administração e de um mandatário. _____

121

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

(CONSELHO FISCAL)

1. O Conselho Fiscal é composto por três membros, designados pelo Conselho da Fundação de entre os seus pares e os três membros designados escolhem entre si o presidente do Conselho Fiscal.

2. Compete ao Conselho Fiscal:

a) verificar se a aplicação das receitas da Fundação se realizou em harmonia com os fins estatutários;

b) examinar o inventário do património da Fundação, bem como emitir parecer sobre as contas do exercício;

c) examinar periodicamente a regularidade da escrituração da Fundação.

3. O Conselho Fiscal reúne ordinariamente uma vez por semestre e as suas deliberações são tomadas por maioria simples.

4. O Conselho Fiscal poderá requerer reuniões conjuntas com o Conselho de Administração, sempre que o julgue conveniente para o exercício das suas competências.

5. O Conselho Fiscal poderá propor ou contratar auditorias sobre as contas da Fundação.

5 6 / 132

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO DÉCIMO QUARTO
(ALTERAÇÕES, TRANSFORMAÇÃO E EXTINÇÃO)

1. A alteração dos presentes estatutos e a transformação ou extinção da Fundação só podem ser deliberadas pelo Conselho de Administração após parecer favorável do Conselho da Fundação, por maioria de três quartos dos votos validamente expressos.

2. Em caso de extinção, o património da Fundação terá o destino que, por deliberação do Conselho de Administração, e após parecer favorável do Conselho da Fundação, for julgado mais conveniente para a prossecução dos fins para que esta foi instituída, revertendo obrigatoriamente para o Município de Sintra os bens por este doados à Fundação.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO
(REMUNERAÇÕES)

1. A remuneração, ou não, dos titulares dos órgãos da Fundação, bem como a fixação do respectivo quantitativo, serão deliberadas pelo Conselho de Administração, após parecer prévio do Conselho da Fundação.

2. A função de Administrador Delegado será obrigatoriamente remunerada.

148

ARTIGO DÉCIMO SEXTO
(REVOGAÇÃO DOS MANDATOS)

O mandato de qualquer dos titulares dos órgãos da Fundação é revogável por deliberação do respectivo órgão, tomada em escrutínio secreto, por maioria de dois terços dos votos validamente expressos, excepto o do Administrador Delegado, que só pode ser revogado pelo Conselho de Administração, e os que são conferidos por inerência.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO
(PRIMEIRA TITULARIDADE DOS ÓRGÃOS)

No prazo de trinta dias a contar do acto da instituição da Fundação proceder-se-á à designação dos titulares dos respectivos órgãos, competindo à Câmara Municipal de Sintra promover a sua provisão.

Ed: E Gral

6 100 r. a. 0

James [illegible] [illegible]